

## A QUESTÃO AMBIENTAL COMO UMA FORMA DE IMPERIALISMO

Gisele Oliveira de Alcantara<sup>1</sup>

### RESUMO

Este texto demonstra que a questão ambiental representa um viés de exploração e aprofundamento do imperialismo de algumas nações sobre outras, relacionando-se diretamente com as divisões do sistema produtivo no mundo. Analisa, ainda, as formas de imperialismo que permeiam a questão ambiental, uma vez que se verifica um padrão de exploração da natureza diferenciado entre as nações centrais e periféricas, caracterizado por uma condição de exploração dos recursos naturais das últimas, que ainda recebem em seus territórios o ônus ambiental das atividades poluidoras rejeitadas pelas normas autopreservadoras das primeiras.

Palavras-chave: Imperialismo, Capitalismo, Meio Ambiente, Riscos Ambientais.

### ABSTRACT

This text demonstrates that environmental issues represents a bias of exploration and deepening of imperialism of some nations over others by linking directly to the divisions of the production system in the world. It also analyzes the forms of imperialism that permeates the environmental issue, since there is a pattern of exploitation of nature distinguished between core and peripheral countries, a condition characterized by exploitation of natural resources of the latter, which also receive on their territories the environmental burden of polluting activities rejected by the standards of the first self-preservative.

Keywords: Imperialism, capitalism, Environment, Environmental

Risk.

## 1. INTRODUÇÃO:

Lênin (1984) caracterizou como imperialismo o conjunto da economia mundial nos princípios do século XX, marcado pelos monopólios como derivação e continuação direta das características fundamentais do capitalismo.

---

<sup>1</sup> Mestre. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. gicaalcantara@gmail.com



O imperialismo se consubstanciou a partir da substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas, da ascendência do capital financeiro e da transição da política colonial – sobre áreas ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista – para um avanço monopolista colonizador em áreas e territórios já inteiramente divididos. Enfim, o imperialismo é, nas palavras de Lênin “a fase monopolista do capitalismo”.

Salienta-se que a política colonial e o imperialismo já existiam anteriormente, porém na atual fase do capitalismo, sua particularidade está no esforço das associações internacionais de capitalistas por retirar os adversários da concorrência, adquirindo as terras ricas em petróleo, minério de ferro etc. Dessa forma, quanto mais se percebe a insuficiência de matérias-primas, a concorrência e a procura pelas suas fontes são mais duras em todo o mundo.

No último quartel do século XX, o capitalismo passou por profundas transformações geográficas, geopolíticas, no âmbito da produção e da organização do processo de trabalho, nas formas de consumo, ação do Estado e nas estratégias de poder. A partir dos anos 1970, o capitalismo observou mais uma de suas crises agudas, quando a economia mundial começou a dar sinais de estagnação, e com o início da transição no processo de acumulação de capital (MANDEL, 1990; HARVEY, 2005). Ocorreu um processo de recessão econômica, com a desindustrialização de alguns países e conseqüente aumento do desemprego, significando a submissão de países subdesenvolvidos à economia dos países centrais por meio da transferência de riquezas, tendo em vista o restabelecimento das taxas de lucro diante da crise de sobreacumulação, com o aprofundamento dos mecanismos de recolonização (PETRAS, 2004).

Entra em cena, então, o que Harvey (*Op. cit.*) denominou de “novo imperialismo”, que reestruturou radicalmente o capitalismo internacional, a partir da criação, pelos EUA, de um regime financeiro forte e com controle sobre as instituições financeiras globais, mediante a manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida. Estabeleceu-se, assim, o poder econômico estadunidense, o qual submete os demais países à adoção de práticas neoliberais mediante a ameaça do fechamento de seu enorme mercado.

Segundo Harvey (*Ibid*) o “novo imperialismo”, caracterizado pela acumulação por espoliação, converte-se na fase atual do capitalismo financeiro de investir nas economias dos países, na coisa pública e nos direitos. Tal fenômeno, típico do capitalismo primitivo, implementa novos mecanismos para acumulação, a exemplo das patentes e licenças de



materiais genéticos, plasma de sementes e demais produtos que podem ser usados contra populações; da privatização da água e outros serviços públicos; da mercantilização das formas culturais, históricas e de criatividade intelectual; e da privatização de instituições e políticas públicas.

## 2. A QUESTÃO AMBIENTAL COMO UMA FORMA DE IMPERIALISMO

A recolonização imperialista tem impactos na questão ambiental, uma vez que a degradação do meio ambiente, em todo o planeta, relaciona-se diretamente com as divisões do sistema produtivo no mundo (FOSTER & CLARK, 2006). Todavia, torna-se imprescindível ressaltar que a questão ambiental é uma das expressões do imperialismo, mas não o traduz inteiramente, visto que significa, tão somente, uma das facetas de exploração de algumas nações sobre outras. Ou seja, o imperialismo tem uma abrangência para além da questão ambiental (LÊNIN, 1984).

A questão ambiental, desta forma, coloca-se como *limite* ao desenvolvimento capitalista em longo prazo, na medida em que o processo de produção requer a utilização de matérias-primas para a transformação da natureza em objetos e mercadorias que atendam às necessidades humanas, promovendo a devastação do meio ambiente.

A dinâmica da acumulação capitalista, segundo a perspectiva marxiana, desenvolveu-se baseada em uma forma de apropriação privada da natureza. Esse modo de produção estabelece uma relação humana com a natureza mediada pela produção e pelos instrumentos de trabalho, que se constituem em um produto da transformação humana da natureza (FOSTER, 2005).

Com o processo de acumulação primitiva do capital, a alienação do trabalho se constituiu concomitantemente ao processo de cercamento das terras comuns e do surgimento das grandes propriedades, com a conseqüente expulsão dos camponeses das terras para apropriação de sua mão-de-obra nas indústrias nascentes.

A separação dos produtores de mercadorias dos meios de produção e subsistência e dos produtos de seu trabalho insere-se em uma condição de produção que explora a sua força de trabalho e a natureza. A partir disso, determinadas porções do globo terrestre foram monopolizadas por certas pessoas como esfera exclusiva de sua vontade privada, excluindo

todos os outros dessa condição (MARX, 1982). A alienação dos trabalhadores no processo de produção consubstancia-se em seu alijamento do trabalho criativo, projetado teleologicamente, e dos elementos essenciais da vida como o ar puro, a limpeza da água, a qualidade de vida (FOSTER, 2005), à medida que o regime capitalista traz a apropriação privada da natureza como elemento inerente ao seu modo de produzir, seja em nível local, nacional ou mundial.

Com o avanço do capitalismo, a associação da indústria e da agricultura de larga escala resultou no empobrecimento dos trabalhadores e do solo. Tal associação se traduz em uma interlocução dialética pela qual o comércio e a indústria subsidiam as condições à agricultura para exploração e exaustão do solo e esta lhes fornece as matérias-primas necessárias para a produção.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pelas Revoluções Agrícolas, iniciadas desde o processo de cercamento das terras comuns e caracterizadas por mudanças técnicas que alteraram as formas de cultivo e exploração do solo, como a melhoria no adubo com estercos, a rotação de lavouras, o manejo dos rebanhos e a drenagem (FOSTER, 2005), processos que levaram ao aumento da exploração e esgotamento do solo e à degradação ambiental.

Como consequência, as décadas de 1820 e 1830 converteram-se na busca desesperada por fertilizantes, a fim de sustentar o processo em curso da agricultura capitalista frente a ameaça de exaustão do solo, anunciada pelos químicos agrários e agrônomos com relação à perda de nutrientes como o fosfato, o potássio e o nitrogênio (FOSTER & CLARK, 2006).

Destaca-se que a 2ª Revolução Agrícola (1830 a 1880) trouxe o desenvolvimento da química de solos, o crescimento da indústria de fertilizantes e agricultura intensivista, incentivando a maior utilização de inseticidas e fertilizantes e alterações genéticas em plantas (FOSTER, *Op. cit.*).

O esgotamento dos nutrientes dos solos da Inglaterra e dos Estados Unidos, a partir do avanço tecnológico da agricultura, suscitou, para os citados países, a necessidade da busca de fertilizantes e nutrientes naturais, sobretudo nos países tropicais colonizados. Verificou-se a exploração do guano do Peru, sucedida pela anexação imperial de qualquer ilha rica desse fertilizante natural. Em seguida, em 1860, diante do esgotamento das reservas peruanas de guano, passou-se a sua substituição pelos nitratos chilenos (GALEANO, 1990). Além disso, a descoberta de ouro e prata na América Latina possibilitou a construção de grandes fortunas à





custa dos recursos naturais da periferia pelos países de economia central do mundo, que também vislumbraram a possibilidade de exploração de terras férteis em abundância para serem exploradas e a importação de nutrientes e fertilizantes para seus territórios (MARX, 1982).

A colonização da América Latina pela Europa, que se estabeleceu como centro hegemônico, iniciou a interdependência hierárquica entre os países centrais e periféricos. Esse sistema dizimou grande parte das florestas da América, com esgotamento de seus melhores solos e principais minas de ouro e prata (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O capitalismo, ao buscar maior produtividade e eficiência, determinou a divisão social do trabalho, a qual passou por um processo de especialização sem igual na história da humanidade e determinou uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (WALDMAN, 2002), estabelecendo os países subdesenvolvidos como exportadores de matérias-primas e os países centrais como produtores de produtos industrializados.

A DIT, baseada na dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais, subsidiando-os com seus recursos naturais, se constituiu “pela história do saque e superexploração dos povos” (FOSTER & CLARK, 2006) e pelo aprofundamento da mundialização capitalista, pela qual os países desenvolvidos aproveitam-se dos baixos preços das matérias-primas, da terra e dos salários encontrados na exploração dos países subdesenvolvidos, onde, em geral, encontram lucros mais elevados devido a estas condições expostas.

A Europa, os Estados Unidos e o Japão, associados a outras potências como Alemanha, Holanda e França, dividiram as riquezas do mundo (ferro, cobre, zinco, café etc.) entre si, submetendo a natureza a uma lógica mercantil. Esse modo de exploração implica em uma lógica de disputa entre nações imperialistas para controle de locais ou regiões fornecedoras de matérias-primas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A emergência da Revolução Industrial no século XVIII caracterizou-se pela passagem da manufatura para a mecanização dos sistemas de produção e transportes. Suas consequências ambientais foram muitas, com destaque para: a poluição do ar, devido ao uso intensivo do carbono para a produção de energia (carvão mineral, jazidas de petróleo e gás natural); o aumento da temperatura do planeta (efeito estufa) e sérias mudanças climáticas.



A partir da 2ª Guerra Mundial, o aprofundamento da concorrência capitalista impulsionou a automação e a complexificação dos processos industriais, com destaque para o desenvolvimento químico e tecnológico, condicionando “(...) operações cada vez mais sofisticadas em ritmos cada vez mais intensos, resultando na expansão da capacidade de produção, armazenamento, circulação e consumo de substâncias químicas em nível mundial (...)” (*Id.*, 1997, p. 8). Todo esse processo contribuiu para aumentar a interdependência entre os diferentes países no que se refere à produção, transporte, armazenamento, consumo e descarte de substâncias químicas no mundo e aumentou, conseqüentemente, a exposição de um número cada vez maior de pessoas aos riscos produtivos em uma velocidade maior do que a capacidade científica e institucional de analisá-los e gerenciá-los, na medida em que alteram a composição química das águas, do solo, da atmosfera e dos sistemas biológicos do planeta (FREITAS *et al.*, 2001).

A DIT, então, é reforçada por uma divisão internacional dos riscos e dos benefícios do crescimento tecnológico e industrial. Verifica-se que cerca de 20% da população mundial situada nos países mais ricos consome aproximadamente 80% dos bens produzidos, enquanto os 80% da população situada nos países mais pobres consome apenas 20% desses bens (MACNEILL *et al.*, 1992 *apud* FREITAS *et al.*, 2001).

Para Porto & Freitas (2006), o consumo de combustíveis fósseis alimenta um modelo de desenvolvimento econômico estruturalmente iníquo, uma vez que acarreta níveis diferenciados de emissão de CO<sub>2</sub> entre países mais e menos industrializados. Os autores chamam a atenção para o fato dos países industrializados serem os responsáveis pela emissão de 79% das emissões de CO<sub>2</sub> (entre 1900 e 1999), das quais os EUA contribuíram para 30,3% delas.

No que concerne a exploração de minérios e aos processos siderúrgicos altamente poluentes, verifica-se que países como EUA, países da Europa Ocidental e Japão aumentaram consideravelmente a construção de minúsculas que produzem aço especial com alto valor agregado, gerando menor teor de poluição. Entretanto, concomitantemente, observa-se uma realocação das grandes siderúrgicas com alto-fornos mais poluentes para a América Latina, África, Oriente Médio e Oceania, que se tornaram fornecedoras potenciais para as economias dos países mais ricos a partir da exportação de produtos siderúrgicos com menor valor agregado (*Id.*, *Op. cit.*).

Além disso, verifica-se que resíduos industriais perigosos são exportados pelos países industrializados ou abandonados por empresas multinacionais e nacionais principalmente nos países do antigo Leste Europeu, da África, da Ásia e da América Latina, imprimindo mais uma forma perversa da inserção destes na economia mundializada, com maior degradação de suas condições de trabalho, consumo, recursos naturais, saúde e ambiente (FREITAS *et al.*, *Op. cit.*).

Ocorre que os lucros e benefícios da exploração da natureza são concentrados nas mãos de poucos, enquanto os danos e as cargas são distribuídos aos trabalhadores e às populações pobres e discriminadas, tendo em vista uma DIT marcada pela alta desigualdade social e, nesse caso, ambiental.

O aumento da dívida externa em todo o mundo, principalmente nos países pobres da América Latina, África e Ásia, possibilitou às nações hegemônicas beneficiarem-se pela possibilidade de manipulação da dívida dos países fornecedores de recursos naturais em favor próprio, a partir da imposição, pelos organismos financeiros de políticas estruturais, tais como o ajuste das contas públicas, em geral por meio de cortes na área social e ambiental, visando o alcance das metas de superávit primário<sup>2</sup> para garantia do pagamento da dívida em dólar.

Para atender tais exigências, os países endividados tendem a adotar uma política de juros altos para atrair dólares para suas economias ou aumentar as exportações e diminuir as importações, com conseqüências como a recessão, perda de competitividade e desemprego e uma maior exploração da natureza e de seus efeitos ambientais, à medida que voltam à condição de nações exportadoras de matérias-primas como maneira de alcançar as metas de superávit primário. Assim, “a dívida externa é transformada numa verdadeira dívida ecológica” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 43).

Para obter as metas de superávit primário e os planos de ajustes estruturais recomendados pelo Banco Mundial e o FMI, os países do Terceiro Mundo passam a depender cada vez mais da exportação da soja e de outros grãos, petróleo e gás, carvão, cobre, zinco, manganês, estanho, cacau, café etc., cujos preços caíram 40% em relação aos produtos industrializados, depois de 1975. Isto significa que, para obter o mesmo produto industrializado, esses países têm que produzir uma quantidade maior de matéria-prima, com a maior

<sup>2</sup> Denomina-se superávit primário ao resultado positivo da subtração das receitas pelas despesas de um ente federado, sem contabilizar os gastos com juros e encargos da dívida pública, traduzindo-se em um esforço fiscal pela exigência da contenção nos gastos públicos, que penaliza a área social com sucessivos cortes no seu financiamento (ALCANTARA, 2005).



exploração de seus trabalhadores e dos recursos naturais, – renováveis e não-renováveis – o avanço de indústrias altamente poluidoras (como de celulose e alumínio e bauxita) em terras ocupadas por populações nativas (índios, camponeses), e a ampliação das monoculturas com perda da biodiversidade (PORTO-GONÇALVES, *Op. cit.*).

Ao lado disso, o avanço de uma legislação cada vez mais exigente em relação a preservação do meio ambiente nos países centrais, acompanhada da luta contra o lixo tóxico e as indústrias poluentes, com o crescente questionamento sobre a incineração como tratamento final dos resíduos sólidos torna características ainda existentes em alguns países periféricos - como a existência de comunidades pobres rurais, propícias à aceitação de promessas econômicas, atrativos para indústrias em busca de mão-de-obra barata, disponibilidade de matérias-primas e energia - com uma baixa ou inexistente oposição popular (WALDMAN, 2002).

Rigotto (2003) chama a atenção para a tendência seletiva na distribuição socioespacial dos processos produtivos, observando que os países desenvolvidos – pressionados a promover uma reforma ecológica pela sociedade e pelo Estado – exportam os riscos para os países subdesenvolvidos, atribuindo-lhes os processos mais poluentes e que envolvem o maior consumo de recursos naturais, repercutindo em condições mais insalubres e perigosas para os trabalhadores.

Observa-se a transferência do peso das degradações ambientais para países e classes com menor poder econômico e político no seio internacional. Quando se faz necessário, o capital coloca em ação a potência militar dos imperialismos dominantes para fazer valer as suas determinações acima da soberania dos povos, e conter as lutas decorrentes do descontentamento com os efeitos das destruições ambientais (CHESNAIS & SERFATI, 2003).

Em geral, o capital encontra nos países menos desenvolvidos legislações ambientais e trabalhistas menos rigorosas, ao lado de um aparato institucional mais frágil em efetivar a vigilância necessária para fazer valer as políticas consensuadas. Soma-se o fato da sociedade civil não estar suficientemente informada e organizada para defender seus interesses, além dos trabalhadores e da população encontrarem-se em condições mais precarizadas, levando-as a “aceitar qualquer coisa” em troca de uma fonte de renda (RIGOTTO, *Op. cit.*).

Imprescindível ressaltar que em todas essas interconexões, o papel do Estado se torna fundamental, na medida em que empreende intervenções de acordo com o interesse do capital,



determinando as maneiras de organização espacial, as formas de planejamento energético, dentre outros direcionamentos que têm impacto sobre a vida de toda uma população (WALDMAM, 1990).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Continuamos em uma época imperialista, caracterizada por guerras, crise e revoluções, pela divisão do mundo em oligopólios e grandes potências que detêm o controle dos mercados e das matérias-primas, com a piora das condições de vida da população e do planeta.

Época em que se observa que o emprego de novas tecnologias não garante um desenvolvimento do capitalismo em longo prazo. Entretanto, uma análise mais detalhada sobre o processo predatório desse modo de produção indica que sua insustentabilidade socioambiental foi conformada pela forma de relação estabelecida entre os homens e entre estes e a natureza desde seus primórdios, culminando em uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade.

Nessa dinâmica, a exploração dos recursos naturais dos países pobres pelas nações ricas manifesta-se como faceta do imperialismo, acirrando o ciclo de exploração do trabalho, da precarização das condições de vida e espraiando as desigualdades sociais em nível mundial. Assim, verifica-se, nessa teia de interconexões, que a questão ambiental coloca-se como uma das formas de imperialismo com repercussões para as expressões da “questão social”.

### 4.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALCANTARA, G. O. Relatório Técnico-Científico de Bolsista PIBIC, referente ao Período de agosto / 2003 a agosto/2005. In: **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**. UERJ. 2005.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.16, Boitempo Editorial, 2003.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



FOSTER, J.B & CLARK, B. **Imperialismo Ecológico**: a maldição do capitalismo. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10\\_foster.pdf.2006](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/10_foster.pdf.2006). Acesso em: 08.10. 2007.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. ; PIVETTA, F. ; MOREIRA, J. C. ; MACHADO, J. M. H. **Poluição química ambiental - um problema de todos, que afeta alguns mais que outros**. Bahia Análise & Dados, Bahia/Brasil, v. 10, n. 04, p. 260-270, 2001.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. 3ª edição. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**: acumulação por espoliação. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/social/2004pt/05\\_havey.pdf.2005](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/social/2004pt/05_havey.pdf.2005). Acesso em: 21. 09. 2007.

LENIN. V. I. **Obras Escolhidas em seis tomos**. Lisboa/Moscú: Avante!/Progresso, 1984, t. 2.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. In: *Os Economistas*. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

PETRAS, J. **América Latina**: Imperialismo, Recolonización Y Resistencia. Ecuador: Ediciones Abyal-Yala, 2004.

PORTO, M. F. S. & FREITAS, C. M. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

RIGOTTO, M. R. **Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho**. Ceará, Revista Brasileira de Epidemiologia. Vol. 6, n. 4, 2003.

WALDMAN, M. **Ecologia e Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.